

## Reunião dos Comitês e Comissões da ABA sobre a revisão da Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

Em uma segunda reunião *online*, realizada no dia 24 de setembro de 2021, membros dos comitês e comissões da ABA deram continuidade à discussão sobre a lei que dispõe a reserva de vagas nas universidades federais e outras instituições de ensino superior e técnico de nível médio. Na reunião participaram Patrícia Birman (Presidenta da ABA), Tiago de Aragão Silva (Assessor de Relações Institucionais da ABA), Ricardo Verдум (Comissão de Assuntos Indígenas); Helder Tacariju (Comissão de Direitos Humanos); Valéria Aydos (Comitê Deficiência e Acessibilidade); Neusa Gusmão e Guillermo Vega Sanabria (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia), além de Maria Isabel Sales (assessora legislativa encarregada de assuntos raciais no mandato do senador Paulo Paim) e Márcia Anita Sprandel (Assessora Técnica no Senado Federal).

Dentre os diversos Projetos de Lei (PL) que visam alterar a Lei 12.711/2012, cinco se destacam. No Senado, o PL 1676/2021, do senador Rogério Carvalho (PT/SE); e o PL 4656/2020, do senador Paulo Paim (PT/RS). Na Câmara, o PL 5384/2020, da deputada Maria do Rosário (PT/RS) e outros; o PL 3489 de 2020, do deputado Bira do Pindaré e outros, e o PL 3402/2020, da deputada Marília Arraes (PT/PE) e outros.

Paralelamente ao trâmite dessas matérias no Congresso, vêm acontecendo diálogos entre as equipes parlamentares e diversas organizações sociais e universidades, por meio de reuniões, debates acadêmicos e audiências públicas, com o fim de acompanhar e subsidiar o trabalho legislativo e construir um calendário nacional. Embora as datas e prazos para a votação dos PLs dependam de negociações e da agenda do Congresso, a participação da ABA e de outras organizações parceiras é bem-vinda, na medida em que possam contribuir com a discussão em curso.

Alguns temas apontados nessa discussão são, por exemplo, o tempo de vigência de uma nova lei, os critérios a serem adotados na reserva de vagas (critérios socioeconômicos, raciais, avaliações da deficiência por comitê interdisciplinar, etc.), a criação de um auxílio de manutenção e permanência, assim como monitoria e/ou “apoio” para estudantes cotistas, a adoção de critérios regionais na política de cotas e os potenciais beneficiários da nova política (negros, pardos, indígenas, quilombolas, refugiados, ciganos, pessoas transexuais, pessoa com deficiência etc.).

Foram definidas três tarefas: 1) Preparar um quadro-resumo dos 35 PLs em tramitação, até setembro de 2021, no Congresso Nacional. O quadro foi preparado por Marcia Sprandel e está disponível para as comissões e comitês da ABA; 2) Elaborar um documento com contribuições dos comitês e comissões da ABA sobre os cinco projetos com maiores possibilidade de avançar (mencionados acima e destacados em vermelho no quadro-resumo); para tanto, novo contato será feito com os comitês e comissões ausentes na reunião, notadamente o Comitê de Antropólogas/os Negras/os, o Comitê Quilombos e o Comitê de Antropologxs Indígenas, ao mesmo tempo que serão convidados o Comitê Gênero e Sexualidade e o Comitê Migrações e Deslocamentos. 3) Contatar, por meio da Diretoria da ABA, a Ex-Ministra Nilma Lino Gomes. O objetivo destas ações é produzir, nas próximas semanas, um documento com as contribuições da ABA, a ser encaminhado às respectivas assessorias parlamentares para subsidiar a formulação de possíveis emendas aos PL.

Brasília, 27 de setembro de 2021.